



SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA

Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

www.ste.pt / ste@mail.telepac.pt

O STE no CORREIO DOS AÇORES a 30 de Dezembro de 2007:

OS SINDICATOS CONTINUAM PARCEIROS SOCIAIS

IMPORTANTES - entrevista com Bettencourt Picanço

TRABALHADORES PORTUGUESES VÃO TRABALHAR 50 HORAS SEMANAIS

Os trabalhadores portugueses podem vir a perder ainda mais regalias. O Livro Branco das Relações Laborais, que acaba de ser divulgado, aponta para um horário semanal de 50 horas e que sejam os patrões a decidir sobre a carga horária, o salário e a categoria profissional. Além disso, aponta para o fim da majoração das férias até aos 25 dias. • p. 21

2007 FECHA UM CICLO

Açorianos põem saúde, paz e... euros em primeiro lugar

A menos de quarenta e oito horas do término do ano, muitos são aqueles que se preparam para dar as boas-vindas a 2008. Entre vários preparativos e rituais para os 366 dias que se avizinham, incluem-se os desejos para o novo ano. O "Correio dos Açores" foi descobrir o que os açorianos esperam do novo ano. • p.p. 23 e 30

NESTA EDIÇÃO



A PARTIR DE 1 DE JANEIRO

Autocarros sobem 3,4% nas passagens

O preço dos bilhetes dos autocarros vai aumentar na ilha de São Miguel em média 3,4 por cento, a partir de Janeiro, anunciaram as empresas de transporte colectivo de passageiros. • última

ENTREVISTA A BETTENCOURT PICAÑO

Um graciosense na luta pelos direitos sindicais da Função Pública



O STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado - foi fundado em Maio de 1977 e teve como primeiro presidente o antigo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Joaquim Maria Fernandes Marques. Os objectivos, ontem como hoje, pois permanecem actuais e inalteráveis, são os da representação, defesa e promoção dos interesses sócio-profissionais dos associados, da defesa de princípios de deontologia, da intervenção e participação na fixação das condições de trabalho. Tudo isto no âmbito de uma Administração Pública que, segundo o STE, se deseja cada vez mais qualificada e melhor organizada, ao serviço dos Portugueses. O STE tem como primeiro condutor dos seus destinos, desde há cerca de 20 anos a esta data, o seu actual Presidente, Adolfo Bettencourt Picaño, um açoriano natural da Ilha Graciosa. Bettencourt Picaño é o rosto visível do STE, sendo-lhe reconhecida uma perseverança competente e democrática na defesa dos ideais e dos valores do funcionalismo público, do mesmo modo que não passa em claro aos olhos da opinião pública o vigor com que denuncia a sanha destruidora, economicista e privatizante que o Governo tem assumido. • p.p. 26 e 27



■ BETTENCOURT PICANÇO

Um graciosense com o sindicalismo nas veias

CA

O STE - Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado - foi fundado em Maio de 1977 e teve como primeiro presidente o antigo Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Joaquim Maria Fernandes Marques.

Os objectivos, ontem como hoje, pois permanecem actuais e inalteráveis, são os da representação, defesa e promoção dos interesses sócio-profissionais dos associados, da defesa de princípios de deontologia, da intervenção e participação na fixação das condições de trabalho. Tudo isto no âmbito de uma Administração Pública que, segundo o STE, se deseja cada vez mais qualificada e melhor organizada, ao serviço dos Portugueses.

O STE tem como primeiro condutor dos seus destinos, desde há cerca de 20 anos a esta data, o seu actual Presidente, Adolfo Bet-

tencourt Picanço, um açoriano natural da Ilha Graciosa.

Bettencourt Picanço é o rosto visível do STE, sendo-lhe reconhecida uma perseverança competente e democrática na defesa dos ideais e dos valores do funcionalismo público, do mesmo modo que não passa em claro aos olhos da opinião pública o vigor com que denuncia a sanha destruidora, economicista e privatizante que o Governo tem assumido relativamente ao desmantelamento de uma consolidada e funcional estrutura do aparelho administrativo do Estado.

O Governo prepara-se, de resto, segundo fontes sindicais, para desferir uma machadada fatal no actual formato do associativismo sindical, ensaiando a entrega da representatividade oficial exclusivamente às super-estruturas de topo, arredando assim os Sindicatos representativos de classes específicas das discussões relativas às políticas gerais das classes

trabalhadoras, com claro prejuízo para a classe média que o STE representa.

Também as mais recentes disposições legislativas e os demais normativos que se vislumbram para implementação num futuro muito próximo, que pelo que se depreende do respectivo articulado se afigura bem negro para o funcionalismo público, são prentincio da hecatombe que está prestes a desabar sobre os direitos adquiridos dos trabalhadores da função pública.

Foram estas e outras questões emergentes que nos sugeriram uma conversa com Bettencourt Picanço, que aqui se reproduz, dado ser o STE um interlocutor de peso - por contrapeso à Administração do Estado - e um dos mais activos e interventivos opositoristas ao desmantelamento da Administração Pública em que o Governo da República parece estar fortemente empenhado.

Os sindicatos continuam parceiros sociais importantes

Sendo a estrutura social actual diferente daquela em que brotou o movimento sindical, parece-lhe que os Sindicatos continuam a ter espaço de manobra e de influência que justifique a sua existência e garanta a sua continuidade?

Bettencourt Picanço - Os Sindicatos, como qualquer outra organização social, são uma resposta dos trabalhadores num determinado contexto.

Foram uma resposta litigiosa às condições de trabalho numa determinada data.

São hoje uma resposta social assumida como necessária e determinante para uma evolução desejada.

A construção da Europa (UE) faz-se com os Sindicatos, como parceiros indispensáveis. E a construção da UE tem em vista uma vida melhor para todos os europeus como caminho também para uma paz duradoura.

Como estes dois objectivos parecem inafastáveis no futuro, a conclusão só pode ser a de que os Sindicatos têm futuro.

Em Portugal, com um Governo de maioria absoluta, em que o poder soberano do Estado e as suas políticas sociais fazem da classe média um alvo preferido, como consegue sobreviver um Sindicato de Quadros?

As medidas de política do actual Gover-

no, atacando a classe média, porque incapaz de estruturar o desenvolvimento de outro modo e de pôr de pé um sistema fiscal que ataque os sobre-lucros, são de facto um ónus insuportável para a actividade sindical.

Surpreendo-me por vezes com a capacidade de sofrimento dos portugueses com a redução do poder de compra de salários e pensões, com o desemprego e a emigração que se acentuaram, com a desesperança que se vai infiltrando no dia a dia de tantos.

Surpreendo-me, com o afastamento político, sem o mínimo sobressalto, daqueles que foram os objectivos de aproximação ao nível de vida dos nossos parceiros europeus.

Surpreendo-me com este sucessivo encaixar de "menos" por parte dos portugueses.

E os Sindicatos aí estão como consciência, tentando acordar os cidadãos para os problemas e para a necessidade da sua participação para os podermos começar a resolver.

O STE veste claramente essa camisola.

As reformas da Administração Pública, a obsessão pelo défice e a progressiva perda de poder de compra dos portugueses, resultantes da política do Governo, que considerações lhe merecem na perspectiva da esperança de melhoria de vida do

funcionalismo português?

Se as reformas fossem para termos melhores Serviços Públicos, nós estaríamos com elas de alma e coração.

Mas, num País de 10 milhões de habitantes, colocar trabalhadores em prateleiras, quando há tanto para fazer, só pode ser incapacidade gestonária.

Num País com tantos problemas, de Saúde e de Segurança Social, por exemplo, o que se pede a um Governo é que olhe para o futuro e apresente medidas, rumo ao futuro melhor a que temos direito.

Os Portugueses não podem querer um Governo que lhes dá menos hoje e promete ainda menos para amanhã.

Em tempos alguém dizia que os problemas eram muitos mas já se via uma luz ao fundo do túnel.

Hoje pergunta-se quem foi o malandro que apagou a luz!

Realizou-se há dias mais uma reunião do Conselho da Concertação Social, porventura a última antes da decisão relativa à política salarial do próximo ano. As perspectivas dos Sindicatos e, em particular do STE, foram correspondidas? Em que medida?

A Concertação Social está reduzida à discussão daquilo que o Governo lá quer

levar e com os efeitos que o Governo lhe quiser atribuir.

O Governo costuma lá levar para discussão os Planos de Estabilidade e Crescimento, para além das Grandes Opções do Plano sem que daí resulte alguma inflexão das políticas que decide.

Uma palavra para o Acordo relativo ao aumento do salário mínimo: 5,71% - €426,00.

Sendo certo que, tendo o Governo decidido um aumento para as pensões entre 1,65% e 2,4%, os Portugueses vão continuar a perder poder de compra.

E isto porque a inflação já se projecta acima de 2,4%.

Com quatro dos novos integrantes da UE a ultrapassarem já o nosso País: Chipre, Eslovénia, República Checa e Malta, o problema estará nos Portugueses ou no seu Governo?

O STE tem sido um crítico acérrimo da legislação que o Governo se propõe implementar relativamente à avaliação dos trabalhadores na Administração Pública. Em que recios baseia as suas críticas?

O STE tem sido crítico da avaliação do desempenho que este Governo tem vindo a empurrar porque... o problema não está na avaliação do desempenho mas sim na sua

aplicação.

A avaliação dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores é fundamental.

Mas havia antes uma classificação de serviço que se concluiu que não funcionava.

Estudou-se o assunto, viu-se qual era o problema e resolveu-se esse problema? Não!

Mudou-se o sistema.

Só que o novo sistema vai desembocar no mesmo problema: os dirigentes que tem de aplicar a avaliação do desempenho.

Os dirigentes são escolhidos pelo poder político do momento e mudam quando este muda.

Logo, qual é a preocupação primeira destes dirigentes?

Obviamente fazer nos Serviços a política que o partido que os nomeou deseja.

Tudo o resto é supérfluo e perde importância.

Como é óbvio, o STE esforça-se por melhorar os instrumentos: a lei que foi aprovada e, neste momento, as fichas que vão ser utilizadas e vão estar em discussão.

É aquilo a que chamamos o caminho para a objectividade que terá sempre um escolho que é constituído pelas quotas.

E quando alguém cerceia à partida a qualidade, esse alguém não está, decididamente, a promover a qualidade.

A mesma questão lhe colocamos relativamente à próxima legislação sobre Vínculos Carreiras e Remunerações da Administração Pública.

A legislação sobre "vínculos, carreiras e remunerações" já não se pode considerar só uma má opção – é um desastre!

Quando se lê a proposta de lei do Governo, que o partido Socialista aprovou na Assembleia da República e que o Presidente da República remeteu para o Tribunal Constitucional, a ideia geral com que se fica é que o Governo está a apostar na total desarticulação da Administração.

Quanto aos vínculos a ideia que presidia à Administração era a da permanência.

A proposta vai no sentido de a reduzir ao mínimo.

Os ingressos processavam-se com regras conhecidas quanto a habilitações e categorias de entrada, com possibilidade de recurso.

Aponta-se agora para entradas de acordo com o que aos jurís ou aos dirigentes aprouver e com a remuneração que eles também entenderem.



A Administração passa a ser gerida como uma empresa pública que, dentro de uma dada tabela, paga o que quer a quem quer.

Quanto às carreiras ... em geral não há!

Haverá níveis remuneratórios a percorrer de acordo com a avaliação do desempenho de que já falei e que implicará, para a maior parte dos trabalhadores, uma mudança de nível de dez em dez anos.

Se, no futuro, a carreira técnica superior, que englobará a hoje carreira técnica e todos os trabalhadores que os dirigentes entendem que, mesmo não tendo habilitações têm qualificações adequadas, tiver 14 posições remuneratórias, um trabalhador com Bom percorrerá 4 posições em 40 anos de trabalho. As outras posições ficarão para os ... excelentes!

É por tudo isto, e por uma Administração que nada deverá no futuro à independência e ao profissionalismo, que o que está aqui em marcha é um desastre.

No entender do STE, as sociedades empresariais públicas poderão tornar o Estado um menor Estado e melhor Estado

ou terão, subjacentes à sua profusão, outros objectivos tais como a diminuição de funcionários a passagem para privados de missões tradicionalmente confiadas ao Estado ou o encolhimento do défice?

"Menos Estado, Melhor Estado" é um slogan neo-liberal que não cola à nossa realidade.

Se nos ativermos aos números de 2005, os 737,8 mil trabalhadores da Administração Pública Portuguesa representam 14,4% do emprego e 13,3% da população activa.

Noutros países, ditos desenvolvidos, e que não pensam sequer em reduzir o número de trabalhadores adstritos às funções sociais, lituhamos:

- Dinamarca: 34,0% e 32,1%
- Suécia: 29,3% e 27,8%
- Finlândia: 23,2% e 21,2%
- França: 20,4% e 18,4%
- Reino Unido: 20,7% e 19,7%

Que estamos carecidos de melhores Serviços Públicos, não temos qualquer dúvida.

Melhores Serviços de Educação, melhores Serviços de Saúde e melhores Serviços de Segurança Social, é o desejo de qualquer

Português.

Mas isso não vem com menos. Vem com melhor organização e gestão. Vem com mais transparência.

Vem com mais participação porque é com ela que a democracia pode crescer.

Quando o Governo fala em modernização e aposta em substituir Serviços Públicos por Empresas Públicas é manifesto que o objectivo é outro.

É porque nestas torna-se ainda mais fácil mexer e dão menos nas vistas.

Sendo que os respectivos gestores, escolhidos como convém, têm mãos livres para irem buscar quem quiserem, sendo que a opacidade é total.

E em algumas, como nos Hospitais, é mais fácil engobrir o défice de hoje.

Só que o problema permanece e cresce o défice de amanhã que é o dos melhores Serviços Públicos que todos queremos.

O trabalho de participar, influir, debater ideias, ajudar a construir um amanhã melhor, está aí todos os dias.

É um desafio para todos. E para os sindicalistas também.